



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060
Telefone: - www.ac.gov.br

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 043/2026- COMPRASGOV N.º 90043/2026

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0014.014315.00040/2025-20
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). http://www.gov.br/compras/pt-br/
DATA DA ABERTURA:	23/02/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09hs:15min
PERÍODO DE RETIRADA:	05/02/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	http://www.gov.br/compras/pt-br/ e/ou http://www.licitacao.ac.gov.br
PREGOEIRO(A):	Janaina Vasconcelos Cunha
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 262 de 12 de Março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 13.980 de 13 de Março de 2025.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a Registro de preços para contratação de empresa especializada para a produção, planejamento, organização e execução de corridas de rua em vias públicas, com fornecimento integral de estrutura e operação do evento, a serem contratadas em lotes por município, contemplando as categorias Adulto, Juvenil e Infantil, com a finalidade de atender e promover a participação da comunidade educacional (alunos e servidores) da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE).

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Minuta da ata de Registro de Preço

Anexo III: Minuta de Contrato

Anexo IV: Modelo de Proposta de Preços

2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio

eletrônico, no e-mail: selic.protocolo@gmail.com, ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública.**

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

- 4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**
- 4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

- 6.4.4. cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)
- 6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).
- 6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.
- 7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em

conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

8. DA SESSÃO PÚBLICA

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
- II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
- III - divulgação do resultado da habilitação;
- IV - disputa entre os licitantes habilitados;
- V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI - divulgação do resultado do julgamento; e
- VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentua is entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos

lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).

9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.

9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.

9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.

9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:

9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

- 9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a)

Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.

9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE

10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.

10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.

10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

10.5. **Será desclassificada a proposta que:**

10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;

10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;

10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;

10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.

10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:

10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e

10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:

10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:

10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;

10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.

10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.

10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.

10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

11.3.1. Habilitação Jurídica

- a) Contrato social ou instrumento equivalente.

11.3.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
- b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei
- c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.
- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).
 - b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.
- c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. Qualificação Técnica

- a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.
- b) **E demais exigências solicitadas no ITEM 19 do Termo de Referência - Anexo I, do edital.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

- 11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail selic.protocolo@gmail.com, dentro do prazo estabelecido.
- 11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).
- 11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.
- 11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.
- 11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.
- 11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.
- 11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.
- 11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitantes(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.
- 11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

- 12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.
- 12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.
- 12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
 - II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
 - III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.
- 12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.
- 12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.
- 12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito

que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: selic.protocolo@gmail.com, a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

- 15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:
- a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e
 - b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.
- 15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.
- 15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.
- 15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2, antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.
- 15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.
- 15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições oferecidas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

- 16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

- 17.1. Não se aplica.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

- 18.1. Não se aplica.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 19.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO

- 20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO

- 21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 22.1. Não haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital.

23. DO TERMO DE CONTRATO

23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

24.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que

sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sítios <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail selic.protocolo@gmail.com.

27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da comarca, de Rio Branco - AC.

Elaborado por:

Adriano Santos da Silva
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais - DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO SANTOS DA SILVA**, Cargo **Comissionado**, em 04/02/2026, às 09:05, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019283079** e o código CRC **80B60F16**.

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 42/2026/SEE - DAF

Processo nº 0014.014315.00040/2025-20

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Este Termo de Referência decorre do Documento de Oficialização de Demanda nº (0016825642) e do Estudo Técnico Preliminar nº (0016825670), consolidando a solução técnica e economicamente mais vantajosa para subsidiar a contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.363/2023/AC (art. 93).

1.2. Este documento integra a fase preparatória, servindo de base para o instrumento convocatório, com as especificações, quantidades, critérios de seleção e condições de execução necessárias à futura contratação.

2. ÓRGÃO SOLICITANTE:

2.1. Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Área Requisitante: DAF – SEE/AC

3.2. Responsável: ANA PAULA LOPES MONTEIRO

3.3. Cargo: Diretora de Administração e Finanças (Portaria nº 8.446-P/2024).

4. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

4.2. Órgão: 717

4.3. Número da Unidade Orçamentária: 001

4.4. Programa de Trabalho: 2098.0000 (Projeto/Atividade: Promoção de Incentivo à Prática de Atividades Esportivas Estudantis)

4.5. Programa de Trabalho: 1094 0000 (Promoção de Ações de Saúde e de Segurança no Trabalho para os Servidores da Educação)

4.6. Elemento de Despesa: 33.90.39.00

4.7. Fonte de Recursos: 1.500.1001

5. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. Modalidade: Pregão Eletrônico.

5.2. Forma: Sistema de Registro de Preços (SRP).

5.3. Critério de julgamento: Menor preço por lote

5.4. Modo de disputa: Aberto.

5.5. Adequação e eficiência: A modalidade é adequada por tratar de serviço comum, com especificações padronizáveis e objetivas, assegurando ampla competitividade, isonomia entre licitantes e economia de escala.

6. DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO

☐ Capacitação

☐ Material de Apoio Pedagógico

☐ Equipamento de TI

☐ Consultoria/Auditoria/Assessoria

☒ Despesa de Custeio

☐ Bens de Consumo

☐ Material Permanente

7. OBJETO

7.1. Contratação de empresa especializada para a produção, planejamento, organização e execução de corridas de rua em vias públicas, com fornecimento integral de estrutura e operação do evento, a serem contratadas em lotes por município, contemplando as categorias Adulto, Juvenil e Infantil, com a finalidade de atender e promover a participação da comunidade educacional (alunos e servidores) da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE).

8. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE E SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8.1. A presente contratação dá continuidade programática às ações esportivas já realizadas pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE em anos anteriores, que contaram com ampla participação e avaliação positiva. Essas iniciativas demonstram o potencial das corridas de rua como instrumento de valorização e integração da comunidade educacional, fortalecendo vínculos e promovendo saúde e bem-estar. Além disso, contribuem para o desenvolvimento integral dos participantes, em sintonia com a missão da Secretaria de Educação de promover formação cidadã e qualidade de vida para a comunidade que atende.

8.2. Com base nesses resultados exitosos, pretende-se ampliar o alcance e a cobertura do projeto, beneficiando um número maior de servidores e alunos da comunidade escolar, com eventos estruturados por município e dimensionamento que otimiza recursos públicos e melhora a experiência dos participantes.

8.3. Inclui-se, de forma integrada ao mesmo processo lote específico para a categoria **ADULTO (acima de 18 anos)** para os servidores da Rede Estadual de Educação, contemplando 06 (seis) municípios e também as categorias **INFANTIL (12 à 14 anos)** e **JUVENIL (15 à 17 anos)** voltada a alunos da rede estadual em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, a fim de estimular desde cedo hábitos de vida saudáveis, tendo a prática esportiva no ambiente da rede estadual de ensino visando fortalecer valores como disciplina, convivência e prevenção de doenças .

8.4. A estimativa de público total a ser beneficiado é de aproximadamente **3.600 alunos** da rede estadual e **4.900 servidores**, sendo estes números decorrentes de levantamento técnico interno conduzido pela SEE/AC, o qual considerou a capacidade de cada município a ser contemplado, os resultados obtidos em edições anteriores e a projeção de ampliação gradual da política esportiva institucional. A definição desses quantitativos buscou equilibrar o máximo alcance social possível com a viabilidade operacional e financeira da execução, assegurando a participação efetiva e segura dos envolvidos.

8.5. A expansão da realização dos eventos esportivos em outros municípios contribui para a ampliação das ações da SEE/AC, promovendo a integração regional, o que também atende aos princípios de eficiência e efetividade das políticas públicas.

8.6. A necessidade de contratação justifica-se pela complexidade técnica e operacional dos eventos, que envolvem planejamento logístico, estruturação de percursos, segurança, cronometragem eletrônica, hidratação, premiação e atendimento a normas legais, sanitárias e de acessibilidade, além de assegurar a padronização e qualidade, reduzindo riscos e garantindo a economicidade.

9. ESTIMATIVA DA DEMANDA - QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (ART. 80, INCISO V DO DECRETO 11.363/2023)

9.1. A estimativa da demanda foi elaborada com base nas ações previstas no planejamento anual da SEE e contempla eventos a serem realizados em diferentes municípios do Estado do Acre, abrangendo as categorias **Adulto (acima de 18 anos)**, **Infantil (12 a 14 anos)** e **Juvenil (15 a 17 anos)** conforme necessidade, em atendimento ao público-alvo abaixo:

- a) **Categoria Adulto** – voltada aos servidores da SEE, com atendimentos nos municípios de **Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Brasiléia, Tarauacá, Sena Madureira e Plácido de Castro**;
- b) **Categorias Infantil e Juvenil** – voltadas aos alunos da rede estadual de ensino, com atendimento nos municípios de **Rio Branco e Cruzeiro do Sul**.

9.2. A execução dos serviços abrangerá os municípios e públicos abaixo discriminados, totalizando aproximadamente **19 eventos** e até **8.500 participantes**, contemplando as categorias **Infantil, Juvenil e Adulto**.

Município	Participantes (estimado)				Qtde de Eventos para Registro
	INFANTIL	JUVENIL	ADULTO	TOTAL	
Rio Branco	1.400	1400	3.000	5.800	08
Cruzeiro do Sul	400	400	700	1.500	03
Brasiléia e Eitaciolândia	-	-	400	400	02
Tarauacá	-	-	400	400	02
Sena Madureira	-	-	200	200	02
Plácido de Castro	-	-	200	200	02
Total	1.800	1.800	4.900	8.500	19

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO (ITEM

10.1. Conforme o item 12, do **Estudo Técnico Preliminar da Contratação - ETP** (0016825670), a solução foi estruturada em **parcelamento por lotes municipais** (Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Brasiléia, Tarauacá, Sena Madureira e Plácido de Castro), contando com o serviço de produção e organização da corrida separado dos itens complementares (Hidratação e Alimentação, Kit Atleta, Troféus).

10.1.1. Justificativas para o parcelamento em lotes:

- **Especificidades logísticas por município:** cada localidade exige planejamento próprio de percurso, logística de vias, autorizações de trânsito e calendário, o que justifica a divisão por **lotes municipais**.
- **Ampliação da competitividade:** a divisão por município permite a participação de empresas de diferentes portes e regiões, ampliando a concorrência e observando o art. 40 da Lei nº 14.133/2021.
- **Facilidade de gestão e responsabilização:** cada lote poderá ter responsável único, conforme resultado da disputa do certame, assegurando clareza na fiscalização e na responsabilização contratual.

10.2. Justificativas:

- **Flexibilidade orçamentária:** a contratação por lotes, contando com o serviço de organização separado dos demais itens complementares, possibilita ativar apenas a quantidade efetivamente necessária, evitando sobrepreço ou desperdício de recursos.
- **Aderência ao planejamento institucional:** a SEE pode ajustar o número de inscritos e a execução por categoria (Adulto, Infantil e Juvenil), conforme a demanda real de cada evento.
- **Eficiência e economicidade:** paga-se somente pelo efetivamente executado, assegurando uso racional dos recursos públicos.

10.2.1. Alternativa descartada: contratação global única (sem parcelamento):

- Foi descartada a hipótese de **contratação global única**, pois reduziria a competitividade, dificultaria a gestão logística por município e aumentaria o risco de sobrepreço, contrariando os princípios da economicidade e da eficiência.

10.2.2. Conclusão:

10.2.3. O modelo definido: **parcelamento em lotes municipais**, é o que melhor, pois concilia **competitividade, economicidade, flexibilidade e clareza na fiscalização**, atendendo integralmente ao disposto no **art. 80, VIII, do Decreto nº 11.363/2023/AC** e ao princípio do planejamento previsto no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**.

11. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

11.1. Fica vedada a participação de consórcios no presente certame, em razão da natureza do objeto, que exige execução padronizada, controle técnico centralizado e responsabilidade direta de um único fornecedor/contratada por lote, assegurando maior eficiência, rastreabilidade e clareza na fiscalização contratual.

12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

12.1. A solução proposta, em continuidade lógica ao problema e às necessidades definidas no Documento de Oficialização da Demanda (DOD), consiste na **contratação, por Pregão Eletrônico, na forma de Sistema de Registro de Preços (SRP), em lotes por município, de empresa especializada na produção, planejamento, organização e operação integral de corridas de rua** destinadas à comunidade educacional da SEE (categorias **Infantil, Juvenil e Adulto**), padronizando a execução entre localidades e permitindo a flexibilização da quantidade do público a ser atendido, dentro do limite máximo registrado, de acordo com a organização dos itens que compõem o lote, a ser especificado na Ordem de Serviço.

12.2. Características gerais da solução

- a) **Objeto padronizado e comum:** serviço comum, com especificações objetivas e usualmente praticadas no mercado, passível de julgamento por **menor preço por lote**.
- b) **Unidade de medida/preço:** **por evento**, com **preço unitário único, independente do público efetivo**, observando-se **mínimo operacional por evento definido na descrição dos itens**. Quantidades, datas, locais e demais condições de execução serão definidos em **Ordem de Serviço (OS)**, conforme demanda e disponibilidade orçamentária.
- c) **Modelo de fornecimento:** **SRP por lotes municipais**, assegurando competição, economicidade, gestão do risco de demanda e governança na execução continuada.

12.3. 11.2. Escopo mínimo por lote (entrega por evento)

- I - **Organização e Operação:** regulamento; inscrições on-line; retirada de kits; montagem e desmontagem; pódio de largada/chegada; pódio; backdrop; sonorização com DJ/locução; sinalização de percurso; apoio operacional e staff; limpeza pós-evento; **todas as licenças/autorizações** junto aos órgãos competentes.
- II - **Cronometragem Oficial:** chip no número de peito com tecnologia compatível para a devida apuração, monitoramento e **publicação oficial dos resultados** com janela de recursos; emissão de relatórios e documentação.
- III - **Segurança, Saúde e Seguros:** **ambulância de prontidão, seguro atleta obrigatório** e plano de resposta a incidentes, observada a legislação aplicável e as exigências das autoridades locais.
- IV - **Hidratação e Suprimentos Operacionais:** pontos de hidratação no percurso e pós-prova, conforme plano técnico aprovado.
- V - **Acessibilidade e Inclusão:** Comunicação clara e sinalização acessível.

VI – **Sustentabilidade: plano de gestão de resíduos** durante e após o evento, com **comprovação de destinação ambientalmente adequada**.

VII – **Proteção de Dados (LGPD)**: tratamento de dados limitado ao estritamente necessário para execução de política pública; **validação pela SEE** dos fluxos de inscrição e regulamento; **exportação de cadastros e resultados** (CSV/XLS); retenção mínima necessária; garantia dos direitos dos titulares.

VIII – **Exclusões: registro de mídia (foto/vídeo)** e ações promocionais ficam a **cargo da SEE**.

12.4. **Modelo de execução (visão de ciclo de vida)**

a) **Planejamento**: cronograma e emissão de Ordem de Serviço por evento; vistorias técnicas prévias, se necessário; plano de sinalização/percurso.

b) **Execução**: em conformidade ao instrumento convocatório e à Ordem de Serviço.

c) **Pós-evento**: limpeza e logística reversa; relatórios técnicos e de desempenho com a consolidação de indicadores (participação, tempos, incidentes, conformidade).

12.5. **Resultados esperados e conformidade normativa:**

12.5.1. Realização integral de todas as etapas dos eventos, a partir dos prazos e condições informadas por meio da Ordem de Serviços dentro das condições previstas no objeto deste Termo de Referência, contemplando o público alvo definido. Com a devida padronização técnica e visual, visando **segurança operacional dos envolvidos durante a execução, confiabilidade dos tempos oficiais, transparência e rastreabilidade** (relatórios e registros); facilidade de planejamento e **economicidade** pelo Sistema de Registro de Preços, **capacidade de escalonamento** de eventos em conformidade a quantidade de participantes a ser contemplado, **aderência à LGPD** e a requisitos socioambientais.

12.5.2. A solução observa a **Lei nº 14.133/2021** e o **Decreto Estadual nº 11.363/2023/AC** (art. 80, VII).

13. **DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

13.1. A execução dos serviços observará as condições técnicas e operacionais deste Termo de Referência e de seus anexos, bem como as determinações constantes nas Ordens de Serviço (OS) emitidas pela SEE/AC, nas quais constarão município, local, data, horário, percurso, categorias e quantitativo estimado de participantes..

13.2. A Contratada responderá por todas as etapas do evento, desde o planejamento até a desmontagem e a entrega dos relatórios pós-corrida, incluindo a obtenção de licenças, autorizações e seguros exigidos.

13.3. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a Contratada deverá apresentar à SEE/AC, **até 10 (dez) dias** antes da data do evento, o **plano de execução, contendo no mínimo: o** percurso proposto, layout da arena/local para a realização do evento, confirmação da quantidade de inscritos atendendo ao público estimado pela secretaria, confirmação do plano de segurança a ser aplicado durante a realização do evento, e atendimento pré-hospitalar, plano de comunicação e demais elementos técnicos.

13.4. As confirmações das **licenças e autorizações** expedidas pelas entidades competentes, tais como: Federação de Atletismo, DETRAN, Ciftran, Corpo de Bombeiros e demais que se fizerem necessárias para a realização do evento, deverão ser encaminhadas à SEE/AC **com antecedência mínima de 05 (cinco) dias** da data prevista para a corrida.

13.5. A **divulgação oficial** e a **abertura das inscrições on-line** deverão ocorrer **até 20 (vinte) dias** antes do evento, permanecendo disponíveis **por no mínimo 05 (cinco) dias ou até completar o total de vag as** antes da realização da corrida, assegurando suporte integral aos participantes.

13.6. A **montagem da estrutura** (arena, pórticos, sonorização, sinalização, tendas, banheiros e áreas de apoio) deverá iniciar-se **com antecedência mínima de pelo menos 1 dia** e estar **totalmente concluída até 03 (três) horas** antes do horário previsto para a largada, com todos os sistemas testados e liberados pela fiscalização da SEE/AC.

13.7. No dia do evento, a Contratada deverá ter equipe técnica, operacional e de apoio completa presente em **até 02h (duas horas) antes do horário previsto para a largada**, permanecendo até o encerramento da corrida e a desmontagem completa das estruturas.

13.8. A **desmontagem** e a **limpeza do local** deverão ocorrer **imediatamente após o término do evento**, com **liberação total da área em até 2 (duas) horas**, acompanhada da **destinação ambientalmente adequada dos resíduos**.

13.9. Em **até 05 (cinco) dias** após a realização de cada corrida, a Contratada entregará à SEE/AC **relatório técnico completo**, contendo, quantitativos executados, relação nominal de inscritos e concluintes, resultados oficiais, comprovantes de seguros e de destinação de resíduos, além de eventuais ocorrências registradas.

13.10. Os kits atleta deverão ser entregues aos participantes até no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas antes da data do evento.

13.11. O descumprimento injustificado de quaisquer prazos ou condições acima ensejará na aplicação proporcional de glosas, nos termos da legislação e deste Termo de Referência

13.12. As corridas deverão ocorrer preferencialmente no período da manhã, com início entre **05h00 (cinco horas)** e **08h00 (oito horas)**, conforme programação aprovada, podendo a SEE/AC ajustar os horários conforme a logística e as condições de segurança de cada município.

13.13. Todas as despesas e encargos necessários à execução, incluindo transporte, hospedagem, alimentação, taxas, licenças, autorizações, seguros, tributos e obrigações trabalhistas e previdenciárias serão de responsabilidade **exclusiva** da Contratada, sem ônus adicional para a SEE/AC.

14. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

14.1. Considerando que o objeto é de natureza eventual e imediata, não se aplica exigência de garantia ou assistência técnica após a execução. A responsabilidade da contratada limita-se à plena funcionalidade dos serviços e estruturas durante a realização dos eventos.

14.2. A responsabilidade da Contratada limita-se à **garantia da qualidade e funcionalidade dos serviços e estruturas durante todo o período de execução**, abrangendo desde a montagem até a desmontagem completa do evento, incluindo o pleno funcionamento dos equipamentos, estruturas, sistemas de som, cronometragem e demais recursos operacionais.

14.3. Qualquer **falha, dano ou interrupção** verificada durante a execução deverá ser **corrigida de forma imediata**, sem ônus adicional à SEE/AC, garantindo a continuidade das atividades programadas.

14.4. Concluída a execução e entregues os relatórios e registros previstos neste Termo de Referência, considerar-se-á integralmente cumprida a obrigação contratual da Contratada quanto à garantia, manutenção e assistência técnica.

15. DA QUANTIDADE E VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

15.1. O objeto deste termo consiste na contratação conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento :

LOTE I — RIO BRANCO (ADULTO, JUVENIL E INFANTIL)						
ITEM (1)	DESCRIÇÃO (2)	UN (3)	QUANT. ESTIMADA PARA CONSUMO (4)	QUANT. PARA REGISTRO (5)	VALOR UNITÁRIO (6)	VALOR TOTAL (7)
1	Serviço de organização e produção de corrida de rua, por evento, para no mínimo 200 participantes por evento, até o limite máximo registrado neste instrumento.	SERV	04	08		
R\$2	Hidratação e alimentação, por participante.	UN	2.900	5.800		
3	Kit Atleta, por participante	UN	2.900	5.800		
4	Troféu para pódio.	UN	200	400		
VALOR TOTAL DO LOTE I						R\$
LOTE II — CRUZEIRO DO SUL (ADULTO, JUVENIL E INFANTIL)						
ITEM (1)	DESCRIÇÃO (2)	UN (3)	QUANT. ESTIMADA PARA CONSUMO (4)	QUANT. PARA REGISTRO (5)	MÉDIA DO VALOR UNITÁRIO (6)	VALOR TOTAL (7)
1	Serviço de organização e produção de corrida de rua, por evento, para no mínimo 200 participantes por evento, até o limite máximo registrado neste instrumento.	SERV	02	03		
2	Hidratação e alimentação, por participante.	UN	750	1.500		
3	Kit Atleta, por participante	UN	750	1.500		
4	Troféu para pódio.	UN	75	150		
VALOR TOTAL DO LOTE II						R\$

LOTE III — BRASILÉIA E EPITACIOLÂNDIA (ADULTO)

ITEM (1)	DESCRIÇÃO (2)	UN (3)	QUANT. ESTIMADA PARA CONSUMO (4)	QUANT. PARA REGISTRO (5)	MÉDIA DO VALOR UNITÁRIO (6)	VALOR TOTAL (7)
1	Serviço de organização e produção de corrida de rua, por evento, para no mínimo 200 participantes por evento, até o limite máximo registrado neste instrumento.	SERV	01	02		
2	Hidratação e alimentação, por participante.	UN	200	400		
3	Kit Atleta, por participante	UN	200	400		
4	Troféu para pódio.	UN	30	60		
VALOR TOTAL DO LOTE III						R\$

LOTE IV — TARAUCÁ (ADULTO)

ITEM (1)	DESCRIÇÃO (2)	UN (3)	QUANT. ESTIMADA PARA CONSUMO (4)	QUANT. PARA REGISTRO (5)	MÉDIA DO VALOR UNITÁRIO (6)	VALOR TOTAL (7)
1	Serviço de organização e produção de corrida de rua, por evento, para no mínimo 200 participantes por evento, até o limite máximo registrado neste instrumento.	SERV	01	02		
2	Hidratação e alimentação, por participante.	UN	200	400		
3	Kit Atleta, por participante	UN	200	400		
4	Troféu para pódio.	UN	30	60		
VALOR TOTAL DO LOTE IV						R\$

LOTE V — SENA MADUREIRA (ADULTO)						
ITEM (1)	DESCRIÇÃO (2)	UN (3)	QUANT. ESTIMADA PARA CONSUMO (4)	QUANT. PARA REGISTRO (5)	MÉDIA DO VALOR UNITÁRIO (6)	VALOR TOTAL (7)
1	Serviço de organização e produção de corrida de rua, por evento, para no mínimo 100 participantes por evento, até o limite máximo registrado neste instrumento.	SERV	01	02		
2	Hidratação e alimentação, por participante.	UN	100	200		
3	Kit Atleta, por participante	UN	100	200		
4	Troféu para pódio.	UN	30	60		
VALOR TOTAL DO LOTE V						R\$
LOTE VI — PLÁCIDO DE CASTRO (ADULTO)						
ITEM (1)	DESCRIÇÃO (2)	UN (3)	QUANT. ESTIMADA PARA CONSUMO (4)	QUANT. PARA REGISTRO (5)	MÉDIA DO VALOR UNITÁRIO (6)	VALOR TOTAL (7)
1	Serviço de organização e produção de corrida de rua, por evento, para no mínimo 100 participantes por evento, até o limite máximo registrado neste instrumento.	SERV	01	02		
2	Hidratação e alimentação, por participante.	UN	100	200		
3	Kit Atleta, por participante	UN	100	200		
4	Troféu para pódio.	UN	30	60		
VALOR TOTAL DO LOTE VI						
VALOR GLOBAL (TODOS OS LOTES)						R\$

15.2. **Detalhamento técnico, condições e formas de execução:**

15.2.1. **ITEM 1: Serviço de organização e produção de corrida de rua, por evento, para no mínimo a quantidade de participantes definido em cada lote acima, incluindo (no mínimo):**

a) **Inscrições on-line**, comportando todas as etapas, criação e divulgação do **regulamento técnico**, recepção e processamento das inscrições e comunicação pré/pós-prova, assegurando a realização e conclusão do evento, independentemente do número de participantes, com balizamento/sinalização de percurso e acessos, conforme necessidades da SEE;

b) Pórtico de largada e chegada, conforme as seguintes especificações mínimas:

- Portal em treliça, tipo trave, kit composto por 2 torres de 4m e 2 bases com aproximadamente 70 x 70cm, perfis em tubos 1 polegada e 1/2 polegada, espessura do tubo 3mm, chapas espessura 6mm, solda tipo tig, dimensões da estrutura (trave) montada: 4m de altura x 4m de largura (variação aceitável +/- 5%), com estrutura horizontal montada com distância de 1,2 M

c) Pódio para premiação em cinco níveis (1º à 5º em ordem de classificação);

d) Painel/backdrop, conforme as seguintes especificações mínimas:

- 3,00 m (L) × 2,00 m (A), impressão digital de alta resolução em lona 440 g/m² (ou tecido técnico equivalente), com ilhós a cada 50 cm, fixado em estrutura de treliça/tubular;

e) Equipamento de Sonorização completo, inclusive som/DJ e locutor esportivo;

- f) Logística/autorizações (Documentação e taxas completas do evento: Federação de Atletismo, Detran, Cifran, Corpo de Bombeiros e quaisquer outras que forem necessárias);
- g) Estrutura de cronometragem eletrônica, com tecnologia de precisão de para aferição e divulgação dos resultados, objetivando a classificação devida dos participantes;
- h) Equipe de apoio/staff e coordenação de percurso para ordenamento do trajeto e orientação aos corredores no dia do evento;
- i) Tendas para acomodação das estruturas (premiação, cronometragem, sonorização, kits/alimentação, hidratação, águas e medalhas);
- j) Banheiro Químico (1 a cada 50 participantes), incluindo estrutura para deficientes, conforme estabelece a Lei nº 10.098/2000 e Decreto nº 5.296/2024.
- k) Montagem e desmontagem de toda a estrutura;
- l) Divulgação dos resultados oficiais e apoio à cerimônia de premiação;
- m) Personalização gráfica obrigatória (pórtico, pódio, backdrop e demais elementos gráficos) conforme arte fornecida pela contratante.
- n) Execução integrada: mediante ordem de serviço, os eventos das categorias Infantil e/ou Juvenil poderão ser realizados conjuntamente ao evento da categoria Adulto, na mesma data e arena.
- o) Execução por evento (preço unitário), com no mínimo a quantidade de participantes definidos em cada lote, por edição, devendo ser observado que o valor unitário a registrar é único e invariável, independentemente do número de participantes (200, 500, 3.000 etc.), por se referir ao serviço único de produção e organização.**

15.2.2. **ITEM 2: Hidratação e alimentação por atleta.**

- a) Hidratação (água/gelo/recipientes) no decorrer do percurso, incluindo isotônico/ alimentação (frutas e água) pós corrida, para auxiliar na reposição da energia dos atletas;

15.2.3. **ITEM 3: Kit Atleta, composto por:**

- a) 01 Camiseta dry fit (em tamanhos variados PP ao XGG e nº de peito em material resistente à água e suor, impermeável com 2 picotes laterais usados como tickets (medalha, alimentação) com alfinetes para fixação na camisa do atleta);
- b) 01 Medalha “finisher” (entregue à todos os concluintes), com as especificações mínimas a seguir:
 - Com fabricação em zamac ou outro material semelhante, tamanho 80mm, espessura de 3mm e fita sublimada 80cmx2,5cm.
- c) 01 Chip de cronometragem eletrônica com instruções claras;
- d) Os itens gráficos acima, terão personalização conforme arte a ser fornecida pela contratante.

15.2.4. **ITEM 4: Troféu para pódio:**

- a) Para premiação, 1º à 5º em ordem de classificação, masculino e feminino, conforme a seguinte matriz:

I - **Matriz de pódio por categoria e percurso:**

- **Infantil (12 à 14 anos) – 2 km:** Masculino e Feminino, 1º ao 5º → **Até 10 troféus por evento Infantil.**
- **Juvenil (15 à 17 anos) – 5 km:** Masculino e Feminino, 1º ao 5º → **Até 10 troféus por evento Juvenil.**
- **Adulto (Acima de 18 anos) – 5 km, 10 km e 21 km:** em cada distância, Masculino e Feminino, 1º ao 5º → **Até 30 troféus por evento Adulto.**

II - **Especificações técnicas dos troféus**

- **Construção:** base em **MDF** e corpo em **metal**.
- **Dimensões:** **24 × 15 cm** (tolerância de fabricação ±5%).
- **Personalização (obrigatória):** arte oficial da SEE; gravação/etiqueta com **nome do evento, categoria, percurso, colocação e ano;** cores e fontes conforme fornecimento da contratante.

- **Acabamento:** superfícies sem arestas cortantes; fixação firme da base ao corpo; padronização visual entre categorias.
- **Embalagem/entrega:** embalagem individual protegida; com reposição imediata em caso de defeito.
- Os itens gráficos acima, terão personalização conforme arte a ser fornecida pela contratante.

15.3. No preço proposto para execução dos serviços deverão estar inclusos todos os custos, fixos ou variáveis, necessários a perfeita execução do Contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transportes, seguros, embalagens, deslocamento de pessoal, alimentação, etc.)

15.4. A execução dos itens de serviço de organização será conforme demanda e orçamento disponível, em atenção aos limites dos quantitativos registrados.

15.5. Quantidades e datas serão fixadas por Ordem de Serviço, conforme demanda e disponibilidade orçamentária, sendo as condições acima aplicadas à todos os lotes do presente instrumento.

16. ORÇAMENTO SIGILOSO

16.1. Nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o orçamento estimado permanecerá sigiloso até o encerramento da fase competitiva, mantendo-se pública a Planilha de Quantitativos, as especificações e todas as informações necessárias à elaboração das propostas.

16.2. O sigilo visa evitar ancoragem de preços, reduzir assimetria de informações e ampliar a competitividade, obrigando as licitantes a formarem seus valores com base em custos próprios e condições de mercado, garantindo vantagem à Administração.

17. RESERVA DE COTA OU EXCLUSIVIDADE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006)

17.1. Em observância aos arts. 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e ao art. 72 da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à avaliação da aplicabilidade dos mecanismos de exclusividade e de reserva de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

17.2. Nos termos do art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006, a participação exclusiva de ME/EPP é cabível apenas quando o valor do item ou do lote for igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Considerando que os lotes municipais previstos neste Termo de Referência possuem valores estimados superiores ao referido limite, não se aplica a exclusividade.

17.3. Quanto à reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto, prevista no § 1º do art. 48 da LC nº 123/2006, analisou-se sua pertinência à luz do Estudo Técnico Preliminar – ETP nº [SEI nº 0016825670]. Restou evidenciado que a natureza integrada e gerencial do objeto (execução unificada por município, com responsável único) não comporta divisão tecnicamente autônoma, o que inviabiliza a adoção de cota reservada sem prejuízo da padronização, da responsabilização e da gestão de riscos.

17.4. Permanecem assegurados às ME/EPP os benefícios legais aplicáveis (empate ficto, regularização fiscal na forma da lei e ampla participação em igualdade de condições), nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021.

17.5. Atende-se, assim, ao disposto no art. 72, inciso I, do Decreto Estadual nº 11.363/2023/AC.

18. PRAZO DE VALIDADE, CONDIÇÕES DA PROPOSTA E EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

18.1. As propostas de preços deverão conter, obrigatoriamente, no mínimo as seguintes informações:

- a) Razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) da licitante;
- b) Nome do proponente ou de seu representante legal, com indicação do CPF, RG e cargo na empresa;
- c) Dados bancários para pagamento: banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;
- d) Valor unitário e global ofertado, observando as quantidades e especificações constantes deste Termo de Referência e de seus anexos;
- e) Declaração expressa de que todos os custos diretos e indiretos, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços estão inclusos nos preços propostos.

18.2. O prazo de validade das propostas deverá ser de, no mínimo, 90 (noventa) dias corridos, conta dos da data de sua apresentação, não sendo admitida proposta com prazo inferior.

19. REQUISITOS DE COMPROVAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

19.1. A licitante deverá comprovar sua **aptidão técnica e capacidade econômico-financeira** para a execução integral dos serviços objeto deste Termo de Referência, nos termos da **Lei nº 14.133/2021** e da **Lei Complementar nº 123/2006**, mediante a apresentação dos documentos abaixo indicados.

a) Qualificação técnica:

I - **Atestados de capacidade técnica:** Apresentar atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta contratação, referentes à organização de eventos/corridas de rua, abrangendo, no mínimo: planejamento, montagem e desmontagem, e fornecimento/instalação de estruturas e equipamentos. Será aceita a comprovação por somatório (acumulativa) dos atestados, para fins de atendimento ao quantitativo mínimo de participantes, desde que, **conjuntamente**, demonstrem a realização de evento(s) com público/participação mínima total de 1.000 (mil) participantes. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

II - Cada atestado deverá conter, no mínimo: **identificação do emitente, objeto executado, local, período de execução e quantitativo de participantes**, com **assinatura e identificação** do responsável pela emissão. **Comprovação complementar:**

III - Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

IV - Os atestados ou declarações de capacidade técnica apresentados pela licitante devem comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório.

V - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

VI - A Administração **poderá solicitar**, a qualquer tempo na fase de habilitação, **documentos complementares** para confirmar as informações constantes do(s) atestado(s), tais como **contrato/instrumento equivalente, nota fiscal**, quando cabível, desde que destinados exclusivamente à **comprovação do conteúdo declarado** nos atestados apresentados.

VII - **Declaração de Disponibilidade de recursos** que demonstre capacidade logística e operacional mínima para atendimento simultâneo de eventos em diferentes localidades, se solicitado.

b) Qualificação econômico-financeira:

19.1.1. O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco) a 10% (dez) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

19.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo pregoeiro, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o contrato, dentre outros documentos pertinentes.

19.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP) poderão usufruir do direito de regularização fiscal tardia, nos termos do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observados os prazos e condições legais.

19.4. A não comprovação de qualquer dos requisitos acima implicará a inabilitação da licitante, nos termos da legislação vigente.

20. VIGÊNCIA DO REGISTRO DE PREÇOS

20.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 11.363/2023/AC.

21. VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1. O contrato decorrente desta licitação terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, **desde que a contratação tenha sido formalizada durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

21.2. A eventual expiração da Ata de Registro de Preços não implica a extinção automática do contrato, que permanecerá vigente até o término do prazo pactuado, ressalvadas as hipóteses de rescisão previstas em lei e no instrumento contratual.

22. PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

22.1. Encerrado o processo licitatório e durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a licitante vencedora será convocada pela SEE/AC para assinatura do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação.

22.2. O prazo acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada da licitante vencedora, desde que aceita pela Administração.

22.3. Caso a licitante convocada não assine o contrato, não aceite ou não retire o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a SEE/AC poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração do contrato, nas mesmas condições da proposta vencedora, conforme prevê o art. 90 da Lei nº 14.133/2021, **sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis**.

22.4. No ato da assinatura do contrato, a SEE/AC designará formalmente o gestor e o fiscal do contrato, que serão

responsáveis pelo acompanhamento, controle e fiscalização da execução, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

23. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E TRANSIÇÃO CONTRATUAL

23.1. A contratação deverá observar requisitos mínimos que assegurem a adequada organização, execução e segurança dos eventos esportivos (corridas de rua) a serem promovidos pela Secretaria de Estado de Educação – SEE/AC, com o objetivo de estimular a prática esportiva, a integração social e a promoção da saúde e do bem-estar entre os servidores públicos e alunos da rede estadual de ensino.

23.2. Embora a contratação deva contemplar lotes por município, nas categorias Adulto, Infantil e Juvenil, a serem realizados nos municípios, garantindo estrutura adequada, logística eficiente e padronização dos serviços, o item referente à organização dos eventos deverá ser tratado de forma independente dos demais itens complementares, a fim de facilitar a elaboração de orçamentos, medições e controle por evento, assegurando maior clareza técnica e operacional, em conformidade com a estrutura dos requisitos a seguir:

I - **Lotes por município:** A contratação será estruturada em lotes por município, garantindo estrutura adequada, logística eficiente e padronização dos serviços. As categorias **Infantil (12 à 14 anos)** e **Juvenil (15 à 17 anos)** se aplicarão apenas em **Rio Branco e Cruzeiro do Sul**; a categoria **Adulto (acima de 18 anos)** contemplará os demais municípios definidos no planejamento da SEE.

II - **Organização dos eventos:** inscrições on-line e regulamento; pódio; painel/backdrop; sinalização/balizamento; sonorização com DJ e locutor; autorizações e logística; montagem e desmontagem; com personalização de arte a ser fornecida pela SEE. Sendo esse item do serviço de organização separado dos demais itens complementares, facilitando a medição por evento.

III - **Serviços complementares:** hidratação no percurso e no pós-prova; equipe de apoio; **cronometragem eletrônica** (tapetes/antenas/controladores/software + operação e relatórios necessários), garantindo precisão da classificação.

IV - **Kit do atleta:** camiseta no tamanho PP ao XGG; número de peito com chip eletrônico para cronometragem precisa e alfinetes para fixação; medalha “finisher” (metal) aos concluintes; sacola; instruções de uso do chip; com personalização de arte a ser fornecida pela SEE.

V - **Premiação:** troféus do 1º ao 5º (Masculino/Feminino) por prova e categoria e medalha de participação aos atletas concluintes.

VI - **Segurança/saúde:** observância às normas locais; ambulância de prontidão; seguro-atleta obrigatório, havendo a contratação e comprovação pré-evento pela contratada.

VII - **Sustentabilidade:** plano de gestão de resíduos (durante e pós-evento) e comprovação de destinação.

VIII - **LGPD e comunicação:** Operação das inscrições e do regulamento com base legal de política pública e informações claras aos participantes; exportação dos dados de inscritos e resultados em CSV e XLS; definição de prazos e de canal de atendimento; validação prévia da SEE sobre regulamento, cronograma e peças informativas.

IX - **Apuração e resultados:** Sendo de responsabilidade da contratada, devendo essa definir critérios de classificação e prazos de divulgação definidos e publicizados, com canal de recursos com prazos e forma de resposta.

X - **Fora do escopo: mídia (foto/vídeo)**, que ficará sob responsabilidade da contratante.

23.3. Por se tratar de serviço eventual, de execução imediata e não continuada, não se aplica a previsão de transição contratual, uma vez que cada evento é autônomo e executado por Ordem de Serviço independente, sem transferência de informações, sistemas ou responsabilidades entre contratos distintos.

23.4. Concluída cada execução, a Contratada deverá entregar todos os relatórios, registros e bases de dados (inscritos, resultados e ocorrências) à SEE/AC, garantindo a integridade e a rastreabilidade das informações, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

23.5. As disposições deste item atendem ao art. 93, §1º, inciso IX, do Decreto nº 11.363/2023/AC.

24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

24.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal **e o atesto da fiscalização**, com todos os documentos devidos em situação regular ;

24.2. Fornecer as instruções e localizações que se fizerem necessárias para a execução completa dos serviços;

24.3. Informar à CONTRATADA sobre quaisquer alterações de horários e rotinas de serviço;

24.4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, defeitos e irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazos para sua correção;

24.5. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

24.6. Caso ocorra qualquer irregularidade durante a vigência contratual, a contratante aplicará as sanções cabíveis, conforme a Lei nº 14.133/2021 e este Termo de Referência;

24.7. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

24.8. Documentar as ocorrências havidas no decorrer da execução do contrato, em registro próprio.

25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

25.1. Executar o objeto contratual em estrita conformidade com as especificações técnicas, prazos, condições e requisitos definidos neste Termo de Referência, nos seus anexos e na proposta apresentada, observando integralmente a legislação aplicável.

25.2. Planejar, organizar e executar integralmente as corridas de rua previstas, abrangendo todas as etapas: planejamento, obtenção de licenças, montagem, operação, desmontagem, limpeza, destinação de resíduos e entrega de relatórios pós-evento.

25.3. Elaborar e submeter à aprovação da SEE/AC, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada evento, o Plano de Execução, contendo percurso, layout da arena, cronograma, planos de segurança, comunicação, atendimento pré-hospitalar, resíduos e demais elementos técnicos.

25.4. Obter, às suas expensas, todas as autorizações, licenças, seguros e registros necessários à realização dos eventos, incluindo as exigidas por órgãos de trânsito, segurança, saúde e desporto, apresentando os respectivos comprovantes à SEE/AC em até 5 (cinco) dias úteis antes do evento.

25.5. Assegurar a qualidade, segurança e funcionalidade de todas as estruturas e equipamentos durante a execução dos eventos, realizando manutenções preventivas e corretivas imediatas, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

25.6. Manter equipe técnica e operacional qualificada, devidamente uniformizada e identificada, em número suficiente para o cumprimento integral das atividades, garantindo a presença de coordenador responsável e preposto com poderes para representá-la junto à SEE/AC durante toda a execução.

25.7. Garantir o pleno funcionamento dos serviços e sistemas de cronometragem, sonorização, hidratação, sinalização, segurança e atendimento médico, respondendo por eventuais falhas, atrasos ou interrupções.

25.8. Cumprir as normas de segurança, acessibilidade e meio ambiente, bem como a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e de proteção de dados pessoais, assumindo integral responsabilidade por seus empregados e subcontratados.

25.9. Implementar o Plano de Gestão de Resíduos durante e após cada evento, comprovando a destinação ambientalmente adequada por meio de documentos emitidos por empresa ou cooperativa licenciada.

25.10. Cumprir integralmente as obrigações da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), atuando como operadora de dados sob as diretrizes da SEE/AC, garantindo a segurança das informações coletadas nas inscrições e resultados das corridas.

25.11. Responder civil, administrativa e penalmente por quaisquer danos, prejuízos ou acidentes causados à Administração Pública, a terceiros ou a participantes dos eventos, decorrentes de sua ação, omissão ou imperícia, direta ou de seus prepostos.

25.12. Apresentar relatório técnico e fotográfico em até 5 (cinco) dias após cada evento, contendo:

- a) registro das atividades executadas;
- b) relação de inscritos e concluintes;
- c) resultados oficiais e classificações;
- d) comprovantes de seguro, autorizações, resíduos e ocorrências.

25.13. Arcar integralmente com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução contratual, incluindo transporte, alimentação, hospedagem, taxas, licenças, seguros, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.

25.14. Atender prontamente às determinações do gestor e dos fiscais do contrato, sanando eventuais falhas ou não conformidades apontadas, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.

25.15. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos encargos judiciais ou extrajudiciais decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato, sempre que tiver dado causa aos fatos que lhes derem origem;

25.16. Indenizar por danos causados à SEE/AC ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços em referência;

25.17. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

25.18. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

26. GARANTIA CONTRATUAL

26.1. Não será exigida prestação de garantia contratual, considerando a natureza e a forma de execução dos serviços.

27. SUBCONTRATAÇÃO

27.0.1. A subcontratação é vedada, tendo em vista que o objeto não demanda especialização que justifique a execução por terceiros, devendo ser integralmente realizado pela contratada.

28. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

28.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 art. 115, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

28.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

28.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

28.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

28.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

29. PREPOSTO

29.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

29.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

30. FISCAL DO CONTRATO

30.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

30.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

30.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados;

30.1.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

30.1.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

30.1.5. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

30.1.6. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora;

30.1.7. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

30.1.8. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

30.1.9. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

30.1.10. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se o serviço está sendo executado da maneira das condições e características pactuadas;

30.1.11. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

30.1.12. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

30.1.13. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

30.1.14. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;

30.1.15. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;

- 30.1.16. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 30.1.17. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 30.1.18. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 30.1.19. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 30.1.20. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 30.1.21. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 30.1.22. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações;
- 30.1.23. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

31. GESTOR DO CONTRATO

- 31.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
 - 31.1.1. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
 - 31.1.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
 - 31.1.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
 - 31.1.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
 - 31.1.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
 - 31.1.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, informando-as ao setor financeiro;
 - 31.1.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
 - 31.1.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
 - 31.1.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
 - 31.1.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;
 - 31.1.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato;
 - 31.1.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
 - 31.1.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
 - 31.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
 - 31.1.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
 - 31.1.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
 - 31.1.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;
 - 31.1.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;
 - 31.1.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
 - 31.1.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos

necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

31.1.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e

31.1.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

32. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

32.1. É vedada a antecipação de pagamento;

32.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação da nota fiscal referente à execução do objeto e dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, por meio, de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado;

32.3. A nota fiscal deverá ser preenchida em nome da Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE, Rua Rio Grande do Sul, nº 1907, Bairro Volta Seca, Rio Branco – Acre, CNPJ nº 04.033.254/0001-67, devendo constar no corpo da Nota Fiscal o número do Pregão, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e do Empenho;

32.4. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega no protocolo da CONTRATANTE.

32.5. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal apresentada pela Contratada.

32.6. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

32.7. Os valores a serem pagos pela Contratante corresponderão exclusivamente ao que for comprovadamente entregue pela Contratada;

32.8. A Contratada deverá apresentar/efetuar o cadastro na Secretaria de Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ;

32.9. Para o pagamento do objeto contratado, será exigida a apresentação dos seguintes comprovantes, cujas taxas deverão ser pagas pela CONTRATADA:

I - Certidão Negativa de Débito da SEFAZ (empresa e sócios);

II - Certidão Negativa de Débito da PREFEITURA (do local do estabelecimento prestador);

III - Certidão Negativa de Débito da RECEITA FEDERAL;

IV - Certidão Negativa de Débito do FGTS;

V - Certidão Negativa de Débito Trabalhistas;

VI - Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa do Estado do Acre (Certidão Negativa de Débito da PGE);

32.10. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

32.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

32.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

33. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

33.1. Constituem sanções administrativas e demais, de acordo com o art. 155 da Lei 14.133.

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

33.2. A aplicação de sanção de multa observará os critérios e parâmetros definidos no Memorando-Circular nº 2/205/SEE-CONJUR, conforme disposto a seguir:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para aquele que não celebrar o contrato, a ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

III - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

IV - de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

V - de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou de documentação falsa exigida para o certame ou de declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

34. DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL, SIGILO E SEGURANÇA DOS DADOS

34.1. Todos os materiais, registros, relatórios, artes, bancos de dados e informações produzidos ou tratados durante a execução do contrato serão de propriedade exclusiva da SEE/AC, sendo vedada à Contratada a divulgação, cessão ou utilização para qualquer outro fim sem autorização expressa da Administração. A Contratada deverá assegurar o sigilo e a proteção dos dados pessoais coletados nas inscrições e resultados dos eventos, atuando como operadora de dados, conforme as diretrizes da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e responderá integralmente por eventual uso indevido ou violação de confidencialidade.

35. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES

35.1. Todos os materiais, estruturas e serviços fornecidos deverão atender aos padrões mínimos de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho previstos neste Termo de Referência e em seus anexos, observadas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, do Inmetro e demais regulamentações aplicáveis.

35.2. As estruturas metálicas, pórticos, palcos e tendas deverão ser montadas por profissionais qualificados, em conformidade com as normas de segurança e estabilidade, sendo obrigatória a utilização de materiais certificados e em perfeito estado de conservação.

35.3. Os itens gráficos e visuais (camisetas, números de peito, medalhas, troféus, painéis, pódios e faixas) deverão obedecer aos padrões de identidade visual e arte fornecidos pela SEE/AC, garantindo uniformidade, boa legibilidade e resistência compatível com o uso previsto.

35.4. Os equipamentos de som e cronometragem eletrônica deverão apresentar funcionamento contínuo, precisão e redundância operacional, assegurando a integridade dos resultados e a rastreabilidade dos tempos registrados.

35.5. Os produtos de consumo (água, frutas, isotônicos e demais itens de hidratação) deverão ser de qualidade comprovada e dentro do prazo de validade, sendo vedado o uso de produtos sem procedência ou identificação.

35.6. A Contratada deverá observar as condições de sustentabilidade, com atenção à logística reversa e destinação final de resíduos, priorizando materiais recicláveis e apresentando comprovantes de descarte ambientalmente adequado.

35.7. Qualquer divergência entre as especificações apresentadas pela Contratada e as constantes neste Termo de Referência autorizará a SEE/AC a rejeitar o material ou serviço, sem ônus adicional para a Administração.

36. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DO SRP (§1º)

36.1. **Justificativa e base legal** - A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP justifica-se pela natureza parcelada, distribuída e periódica da demanda, que exige padronização técnica, racionalização de procedimentos e otimização de custos para atender às necessidades da Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE/AC. Fundamentação: arts. 6º, incisos XLII e XLIII, e 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021, e art. 81 do Decreto Estadual nº 11.363/2023/AC.

36.2. **Órgão gerenciador** - A SEE/AC, por intermédio da Diretoria de Administração e Finanças – DAF, atuará como órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, incumbindo-lhe a consolidação das demandas, a coordenação do procedimento licitatório, a gestão administrativa da Ata, a fiscalização das contratações decorrentes e a convocação de fornecedores remanescentes, quando necessário.

36.3. **Ausência de órgãos participantes** - Considerando que a contratação atende exclusivamente às ações

institucionais da SEE/AC, não havendo demanda previamente identificada de outros órgãos ou entidades estaduais, não serão incluídos órgãos participantes na presente Ata de Registro de Preços. A centralização da gestão no âmbito da SEE/AC visa garantir uniformidade técnica, facilidade de controle operacional, responsabilidade direta sobre a execução e mitigação de riscos de fracionamento e sobreposição de demandas.

36.4. **Assinatura e vigência da Ata** - A Ata de Registro de Preços será assinada em até 10 (dez) dias úteis após a homologação do certame, podendo o prazo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante justificativa aceita pela Administração.

36.5. **Adesão por não participantes (adesão)** - Poderá ser autorizada, de forma excepcional e motivada, a adesão de órgãos ou entidades não participantes, desde que previamente autorizada pela SEE/AC, observados os limites quantitativos, a vantajosidade comprovada e a ausência de prejuízo à execução das demandas originais.

36.6. **Efeitos do registro e contratações decorrentes** - O registro de preços não obriga a contratação, que ocorrerá conforme a necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária, mediante Ordem de Serviço e formalização de contrato ou instrumento equivalente, observadas as condições e valores registrados.

36.7. **Obrigações da detentora da Ata** - Compete à detentora da Ata manter as condições de preço, qualidade e prazos ofertados, atender às convocações emitidas pela SEE/AC, celebrar os contratos decorrentes, cumprir fielmente as Ordens de Serviço e respeitar os quantitativos e limites estabelecidos, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

37. ANÁLISE DE RISCOS

37.1. A presente contratação está acompanhada da Análise de Riscos nº (0017239107) e do Mapa de Riscos nº (0017239144), elaborados conforme o disposto no art. 18, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 93, §2º, do Decreto Estadual nº 11.363/2023/AC, com o objetivo de identificar, avaliar e tratar os riscos que possam comprometer a execução contratual.

37.2. Foram mapeados os principais riscos relacionados à segurança dos participantes, à execução operacional dos eventos, ao cumprimento de prazos, à gestão de resíduos, ao fornecimento de kits e troféus, e ao tratamento de dados pessoais (LGPD).

37.3. As medidas preventivas e mitigadoras incluem: acompanhamento técnico pela fiscalização, validação prévia dos planos de execução, exigência de seguro-atleta e ambulância de prontidão, cronograma operacional validado pela SEE/AC, reserva técnica de materiais, plano de contingência para intempéries e monitoramento das obrigações de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

37.4. Os documentos de Análise e Mapa de Riscos integram este Termo de Referência por referência, devendo ser observados e revisados sempre que houver alteração no escopo, na execução ou nas condições da contratação.

38. EXECUÇÃO DE LOGÍSTICA REVERSA

38.1. Considerando que o objeto refere-se à prestação de serviços de organização e execução de corridas de rua em vias públicas, com geração de resíduos como copos e garrafas plásticas, papel/papelão, lonas/banners, embalagens diversas e resíduos orgânicos, **não se aplica obrigação legal de logística reversa setorial específica** para o escopo contratado, nos termos da **Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010)** e do **Decreto nº 10.936/2022**, ressalvadas hipóteses pontuais em que venham a ser utilizados insumos ou equipamentos submetidos a sistemas de logística reversa obrigatória (por exemplo, pilhas, baterias, lâmpadas ou eletroeletrônicos).

38.2. Todavia, a CONTRATADA deverá assegurar a **gestão ambientalmente adequada** dos resíduos sólidos gerados durante e após os eventos, observando, no mínimo, as seguintes exigências:

I - Implantação de **coleta seletiva** no evento (no mínimo 02 – duas – ilhas por arena), com segregação em recicláveis, orgânicos e rejeitos;

II - **Destinação ambientalmente adequada** dos recicláveis a cooperativa ou empresa licenciada, com apresentação de comprovantes de recebimento/destinação (nota fiscal, CTR-e/MTR ou documento equivalente) em até **05 (cinco) dias** após cada evento;;

III - **Reaproveitamento ou devolução** dos chips de cronometragem, quando reutilizáveis, ou destinação ambiental adequada quando não for possível o reuso, com a devida comprovação;

IV - **Priorização de materiais recicláveis ou reutilizáveis** (por exemplo, copos e garrafas PET, banners e lonas passíveis de reuso/reciclagem), vedado o uso de materiais sem procedência ou sem identificação;

V - apresentação, junto ao relatório pós-evento, de **plano resumido de gestão de resíduos executado**, com quantitativos estimados/efetivos e respectivos comprovantes.

38.3. Caso sejam utilizados insumos ou equipamentos enquadrados em cadeias com logística reversa obrigatória, a CONTRATADA deverá cumprir integralmente a legislação específica aplicável, comprovando a destinação adequada, **sem ônus adicional para a Administração**.

38.4.

39. DA BASE LEGAL

39.1. A presente contratação está fundamentada na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais

de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, consoante Decreto Estadual 11.363/23.

Elaborado por:
[Assinado Eletronicamente]
JARDESSON SILVA ARAÚJO
Assessor Técnico / Analista de Licitações
Matrícula nº 9443002-1

Elaborado por:
[Assinado Eletronicamente]
ÂNGELA APARECIDA SILVA DE ARAÚJO
Assessora Técnica / Analista de Licitações
Matrícula nº 935483-2

Aprovado por:
[Assinado Eletronicamente]
ANA PAULA LOPES MONTEIRO
Diretora de Administração e Finanças
Decreto nº 8.446-P/2024



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA LOPES MONTEIRO, Diretor(a)**, em 02/02/2026, às 09:42, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JARDESSON SILVA ARAUJO, Assessor(a) Técnico(a)**, em 02/02/2026, às 10:23, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANGELA APARECIDA SILVA DE ARAÚJO, Assessor(a) Técnico(a)**, em 02/02/2026, às 10:40, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019214489** e o código CRC **ECF97707**.

ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0014.014315.00040/2025-20

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__

PROCESSO Nº ____/20__

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ – CPL ____

VALIDADE: 01 (UM) ANO, A CONTAR DA SUA ASSINATURA

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de dois mil e ____, na Secretaria de Estado de ____, inscrita no CNPJ (MF), sob o número ____/____-__, com sede na ____, nº ____ – Bairro ____, CEP: ____-__, neste município ____, por seus representantes legais, nos termos do Decreto Estadual nº 11.363/23 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ____ PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ - CPL ____**, do processo nº ____/20__ e a respectiva Homologação pelo Secretário ____, **RESOLVE**, registrar os preços para a Aquisição de ____, de acordo com o Edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante desta Ata, tendo sido referidos preços oferecido pelas empresas cujas propostas foram classificadas em 1º lugar no certame.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para a produção, planejamento, organização e execução de corridas de rua em vias públicas, com fornecimento integral de estrutura e operação do evento, a serem contratadas em lotes por município, contemplando as categorias Adulto, Juvenil e Infantil, com a finalidade de atender e promover a participação da comunidade educacional (alunos e servidores) da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE).

2. DO(S) DETENTOR(ES) DA ATA REGISTRADO(S), DOS PREÇOS E DOS SERVIÇOS

2.1. Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, por objeto/item, signatárias da presente Ata de Registro de Preços consta do **“Encarte I”**, que constituem anexo a presente Ata de Registro de Preços.

3. DA VALIDADE DOS PREÇOS

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, observado o que dispõe o artigo 325 do Decreto Estadual nº 11.363/23, previstas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o ÓRGÃO GESTOR não estará obrigado a contratar o objeto desta Ata, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao PRESTADOR DE SERVIÇOS, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de serviços em igualdade de condições.

3.3. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o PRESTADOR DE SERVIÇOS assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

3.4. A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa ou Autorização de Serviço, a qual deverá ser assinada e retirada pelo PRESTADOR DE SERVIÇOS no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da comunicação do ÓRGÃO GESTOR.

3.5. Mediante a retirada da Nota de Empenho ou Autorização de Serviço, estará caracterizado o compromisso de execução dos serviços.

4. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas na ocorrência de situação prevista alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o ÓRGÃO GESTOR convocará o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.4. Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido.

4.5. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

5. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o estabelecido no Edital e Termo de Referência, Anexo I do Edital.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. As condições de fornecimento deverão ocorrer de acordo com o estabelecido no Edital e Termo de Referência, Anexo I do Edital.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser efetuado nos prazos e condições indicados no Termo de Referência do Edital.

8. DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. A empresa prestadora dos serviços obriga-se a cumprir o estabelecido no Termo de Referência do Edital.

9. DA OBRIGAÇÃO DO ÓRGÃO GESTOR

9.1. São obrigações da Contratante as estabelecidas no Edital e seus anexos.

10. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Instaurar e realizar procedimento público de IRP, ou justificar sua não abertura;

10.2. Dar publicidade aos demais órgãos e entidades para que manifestem seu interesse na aquisição do bem, objeto deste termo para registro de preços, estabelecendo, quando for o caso, número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

10.3. Informar a descrição do objeto, disponibilizando o ETP, TR, projeto básico ou documento que contenha as especificações mínimas orientadoras da contratação, quando houver;

10.4. Aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP: os quantitativos considerados ínfimos; a inclusão de novos itens; e os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações.

10.5. Consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos TRs ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

10.6. Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

10.7. Confirmar, junto aos órgãos ou entidades participantes, sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao TR ou projeto básico, caso o órgão ou entidade gerenciadora entenda pertinente;

10.8. Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do processo licitatório ou contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata de registro de preços e sua disponibilização aos órgãos ou entidades participantes;

10.9. Definir o direito de preferência para as contratações decorrentes da ata de registro de preços;

10.10. Remanejar os quantitativos da ata de registro de preços;

10.11. Assinar, gerenciar e fiscalizar o cumprimento da ata de registro de preços;

10.12. Publicar a ata de registro de preços e eventuais alterações no PNCP;

- 10.13. Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;
- 10.14. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso IV;
- 10.15. Verificar se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 303 e indeferir os pedidos que não o atendam;
- 10.16. Vedar a participação de órgão ou entidade que já figure como participante de ata de registro de preços vigente, formalizada com o mesmo objeto, salvo se o quantitativo registrado for inferior ao demandado ou se a intenção de participação se referir a demanda para substituição de ata de registro de preços;
- 10.17. Dar conhecimento aos participantes sobre eventuais alterações na ata de registro de preços;
- 10.18. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, quando cabível;
- 10.19. Convocar os integrantes do cadastro de reserva, quando for o caso;
- 10.20. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no processo licitatório ou na contratação direta e registrá-las nos sistemas pertinentes;
- 10.21. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las nos sistemas pertinentes; e
- 10.22. Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 3º do art. 334.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1. Prestar os serviços, de acordo com as exigências do Edital;
- 11.2. Obedecer aos prazos de entrega dos produtos estipulados e cumprir todas as exigências do edital e Ata;
- 11.3. Manter, durante a execução da Ata, as mesmas condições de habilitação;
- 11.4. Arcar com todos os custos da prestação dos serviços;
- 11.5. Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- 11.6. Comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na entrega dos produtos;
- 11.7. Indicar representante, que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais;
- 11.8. Fornecer o serviço, de acordo com as exigências do Edital, admitindo-se somente a prestação de serviços de qualidade e com prazos de validade em vigor;

12. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 12.1. Será vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecida na ata de registro de preços, conforme art. 326 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

13. DAS PENALIDADES

- 13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do certame licitatório que originou a presente ata, a Administração do Órgão indicado no item 1.1 do Edital, garantida a prévia defesa, aplicará às prestadoras de serviços as sanções previstas no Edital.

14. DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS

- 14.1. Poderão utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual e Municipal do Estado do Acre, direta e indireta, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Gestor da Ata e do ÓRGÃO GESTOR, desde que:

- a) Devidamente comprovada a vantagem através de pesquisa de mercado;
- b) A ata esteja vigente;
- c) Haja prestadores de serviços registrados;

- 14.2. O órgão ou entidade que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da presente Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao ÓRGÃO GESTOR, para que esta indique os possíveis prestadores de serviços e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

- 14.3. Caberá ao PRESTADOR DE SERVIÇOS beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação de serviços, independentemente dos quantitativos registrados em

Ata, desde que a prestação de serviços não prejudique as obrigações assumidas com o ÓRGÃO GESTOR.

14.4. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere ao § 2º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e inciso I do Decreto nº 11.363/2023, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do edital registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes.

14.5. A soma de todas as adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

14.6. Art. 335. Os órgãos e entidades da Administração Pública estadual poderão aderir, na qualidade de não participantes, a atas de registro de preços gerenciadas pela Administração Pública direta, autárquica ou fundacional da União, dos Estados, inclusive do Estado do Acre, e do Distrito Federal ou a atas de registro de preços gerenciadas por consórcios públicos formados por esses entes, condicionada à: IV - Previsão no respectivo edital ou na ata de registro de preços de quantitativo reservado à adesão por órgãos e entidades não participantes, conforme art. 335 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

15. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

15.1. O PRESTADOR DE SERVIÇOS terá seu registro cancelado quando:

- a) - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) - Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou Autorização de prestação de serviços no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO GESTOR, sem justificativa aceitável;
- c) - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) - Tiver presentes razões de interesse público.

O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do ÓRGÃO GESTOR.

O PRESTADOR DE SERVIÇOS poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

16. DA PUBLICIDADE

16.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, conforme o disposto no art. 105, alínea “c” do inciso II, da Lei nº 11.363/23.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Integram esta Ata, o EDITAL DO PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ CPL __, anexos e as propostas das empresas classificadas em 1º, lugar no certame supra citado.

17.2. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes do Decreto Estadual nº 11.363/23 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21.

17.3. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da Comarca da cidade de Rio Branco/AC, com exclusão de qualquer outro.

17.4. E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Rio Branco/AC, ____ de ____ de 20__.

XXXXXXXX
ÓRGÃO GESTOR

XXXXXXXX
PRESTADOR DE SERVIÇOS

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____
CPF (MF) Nº _____ CPF (MF) Nº _____

ENCARTE I

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº __/20__

PROCESSO Nº _____/20__

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº __/20__ – CPL __

VALIDADE: 01 (UM) ANO A CONTAR DA SUA ASSINATURA

**PRESTADOR DE SERVIÇOS/PREÇOS REGISTRADOS POR OCASIÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº __/20__ – CPL __**

1. **Empresa:** _____, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº _____/_____, com sede na _____, nº ____ – ____, ____/AC, CEP: ____-____, aqui representada por seu procurador _____, brasileiro, solteiro, representante comercial, portador da cédula de identidade (RG) nº ____/SSP-____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na _____, nº ____ – Bairro _____, _____/AC.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNID	QUANT. P/ REGISTRO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
--	----	---		---	---
VALOR TOTAL					---

XXXXXXXXXXXXXX

ÓRGÃO GESTOR

XXXXXXXXXXXXXX

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Elaborado por:
Itamara da Silva Lopes
Técnica em Licitação

Revisado/Aprovado por:
Hézio Rik Batista de Figueiredo
Chefe da Divisão de Gestão de Compras e Contratos - DIGCC
Portaria nº 528/2023



Documento assinado eletronicamente por **HÉZIO RIK BATISTA DE FIGUEIREDO, Cargo Comissionado**, em 06/01/2026, às 13:28, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0018911000** e o código CRC **E6B56B36**.

ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO nº 10/2026/SEE - DICL

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA ESPECIALIZADA
PARA A PRODUÇÃO,
PLANEJAMENTO,
ORGANIZAÇÃO E
EXECUÇÃO DE CORRIDAS
DE RUA EM VIAS
PÚBLICAS, COM
FORNECIMENTO
INTEGRAL DE ESTRUTURA
E OPERAÇÃO DO EVENTO,
A SEREM CONTRATADAS
EM LOTES POR
MUNICÍPIO,
CONTEMPLANDO AS
CATEGORIAS ADULTO,
JUVENIL E INFANTIL,
COM A FINALIDADE DE
ATENDER E PROMOVER A
PARTICIPAÇÃO DA
COMUNIDADE
EDUCACIONAL (ALUNOS E
SERVIDORES) DA
SECRETARIA DE ESTADO
DE EDUCAÇÃO E
CULTURA (SEE), QUE
FAZEM ENTRE SI O
_____, ATRAVÉS DA
_____, E A EMPRESA:
_____**

O _____, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº _____, através da _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o número _____, com sede na _____, nº _____ – bairro _____, município de _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº _____, residente e domiciliado à _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, conforme autorização expressa no Decreto nº _____, de ____ de _____ de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado nº _____, pág. ____ de ____ de _____ de 2021, e de outro lado a empresa _____, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, inscrição estadual nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, município de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato _____, portador da cédula de identidade (RG) nº _____, inscrito no CPF (MF) sob o nº _____, residente e domiciliado _____, nº _____, bairro _____, município de _____, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do _____, do tipo menor preço constante do Processo nº. _____, sob a forma de execução indireta, nos termos do Decreto nº. 11.363/2023, aplicando-se a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a Lei nº. 8.078 de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais pertinentes, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a produção, planejamento, organização e execução de corridas de rua em vias públicas, com fornecimento integral de estrutura e operação do evento, a serem contratadas em lotes por município, contemplando as categorias Adulto, Juvenil e Infantil, com a finalidade de atender e promover a participação da comunidade educacional (alunos e servidores) da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1. O valor do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), de acordo com os valores especificados na Proposta e Cronograma Físico-Financeiro.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - No valor acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

3.1. Programas de Trabalho: Construção, Reforma e Ampliação dos Prédios da Educação - SEE.

Código Orgão/Unidade Executora	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor Estimado
VALOR TOTAL				

4. CLÁUSULA QUARTA - DA EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução dos serviços observará as condições técnicas e operacionais deste Termo de Referência e de seus anexos, bem como as determinações constantes nas Ordens de Serviço (OS) emitidas pela SEE/AC, nas quais constarão município, local, data, horário, percurso, categorias e quantitativo estimado de participantes..

4.2. A Contratada responderá por todas as etapas do evento, desde o planejamento até a desmontagem e a entrega dos relatórios pós-corrida, incluindo a obtenção de licenças, autorizações e seguros exigidos.

4.3. Após o recebimento da Ordem de Serviço, a Contratada deverá apresentar à SEE/AC, **até 10 (dez) dias** antes da data do evento, o **plano de execução, contendo no mínimo: o** percurso proposto, layout da arena/local para a realização do evento, confirmação da quantidade de inscritos atendendo ao público estimado pela secretaria, confirmação do plano de segurança a ser aplicado durante a realização do evento, e atendimento pré-hospitalar, plano de comunicação e demais elementos técnicos.

4.4. As confirmações das **licenças e autorizações** expedidas pelas entidades competentes, tais como: Federação de Atletismo, DETRAN, Ciffran, Corpo de Bombeiros e demais que se fizerem necessárias para a realização do evento, deverão ser encaminhadas à SEE/AC **com antecedência mínima de 05 (cinco) dias** da data prevista para a corrida.

4.5. A **divulgação oficial** e a **abertura das inscrições on-line** deverão ocorrer **até 20 (vinte) dias** antes do evento, permanecendo disponíveis **por no mínimo 05 (cinco) dias ou até completar o total de vag as** antes da realização da corrida, assegurando suporte integral aos participantes.

4.6. A **montagem da estrutura** (arena, pórticos, sonorização, sinalização, tendas, banheiros e áreas de apoio) deverá iniciar-se **com antecedência mínima de pelo menos 1 dia** e estar **totalmente concluída até 03 (três) horas** antes do horário previsto para a largada, com todos os sistemas testados e liberados pela fiscalização da SEE/AC.

4.7. No dia do evento, a Contratada deverá ter equipe técnica, operacional e de apoio completa presente em **até 02h (duas horas) antes do horário previsto para a largada**, permanecendo até o encerramento da corrida e a desmontagem completa das estruturas.

4.8. A **desmontagem** e a **limpeza do local** deverão ocorrer **imediatamente após o término do evento**, com **liberação total da área em até 2 (duas) horas**, acompanhada da **destinação ambientalmente adequada dos resíduos**.

4.9. Em **até 05 (cinco) dias** após a realização de cada corrida, a Contratada entregará à SEE/AC **relatório técnico completo**, contendo, quantitativos executados, relação nominal de inscritos e concluintes, resultados oficiais, comprovantes de seguros e de destinação de resíduos, além de eventuais ocorrências registradas.

4.10. Os kits atleta deverão ser entregues aos participantes até no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas antes da data do evento.

4.11. O descumprimento injustificado de quaisquer prazos ou condições acima ensejará na aplicação proporcional de glosas, nos termos da legislação e deste Termo de Referência

4.12. As corridas deverão ocorrer preferencialmente no período da manhã, com início entre **05h00 (cinco horas) e 08h00 (oito horas)**, conforme programação aprovada, podendo a SEE/AC ajustar os horários conforme a logística e as condições de segurança de cada município.

4.13. Todas as despesas e encargos necessários à execução, incluindo transporte, hospedagem, alimentação, taxas, licenças, autorizações, seguros, tributos e obrigações trabalhistas e previdenciárias serão de responsabilidade **exclusiva** da Contratada, sem ônus adicional para a SEE/AC.

5. CLÁUSULA QUINTA - DETALHAMENTO TÉCNICO, CONDIÇÕES E FORMAS DE EXECUÇÃO:

5.0.1. **ITEM 1: Serviço de organização e produção de corrida de rua, por evento, para no mínimo a quantidade de participantes definido em cada lote acima, incluindo (no mínimo):**

a) **Inscrições on-line**, comportando todas as etapas, criação e divulgação do **regulamento técnico**, recepção

e processamento das inscrições e comunicação pré/pós-prova, assegurando a realização e conclusão do evento, independentemente do número de participantes, com balizamento/sinalização de percurso e acessos, conforme necessidades da SEE;

b) Pórtico de largada e chegada, conforme as seguintes especificações mínimas:

- Portal em treliça, tipo trave, kit composto por 2 torres de 4m e 2 bases com aproximadamente 70 x 70cm, perfis em tubos 1 polegada e 1/2 polegada, espessura do tubo 3mm, chapas espessura 6mm, solda tipo tig, dimensões da estrutura (trave) montada: 4m de altura x 4m de largura (variação aceitável +/- 5%), com estrutura horizontal montada com distância de 1,2 M

c) Pódio para premiação em cinco níveis (1º à 5º em ordem de classificação);

d) Painel/backdrop, conforme as seguintes especificações mínimas:

- 3,00 m (L) × 2,00 m (A), impressão digital de alta resolução em lona 440 g/m² (ou tecido técnico equivalente), com ilhós a cada 50 cm, fixado em estrutura de treliça/tubular;

e) Equipamento de Sonorização completo, inclusive som/DJ e locutor esportivo;

f) Logística/autorizações (Documentação e taxas completas do evento: Federação de Atletismo, Detran, Ciffran, Corpo de Bombeiros e quaisquer outras que forem necessárias);

g) Estrutura de cronometragem eletrônica, com tecnologia de precisão de para aferição e divulgação dos resultados, objetivando a classificação devida dos participantes;

h) Equipe de apoio/staff e coordenação de percurso para ordenamento do trajeto e orientação aos corredores no dia do evento;

i) Tendas para acomodação das estruturas (premiação, cronometragem, sonorização, kits/alimentação, hidratação, águas e medalhas);

j) Banheiro Químico (1 a cada 50 participantes), incluindo estrutura para deficientes, conforme estabelece a Lei nº 10.098/2000 e Decreto nº 5.296/2024.

k) Montagem e desmontagem de toda a estrutura;

l) Divulgação dos resultados oficiais e apoio à cerimônia de premiação;

m) Personalização gráfica obrigatória (pórtico, pódio, backdrop e demais elementos gráficos) conforme arte fornecida pela contratante.

n) Execução integrada: mediante ordem de serviço, os eventos das categorias Infantil e/ou Juvenil poderão ser realizados conjuntamente ao evento da categoria Adulto, na mesma data e arena.

o) Execução por evento (preço unitário), com no mínimo a quantidade de participantes definidos em cada lote, por edição, devendo ser observado que o valor unitário a registrar é único e invariável, independentemente do número de participantes (200, 500, 3.000 etc.), por se referir ao serviço único de produção e organização.

5.0.2. **ITEM 2: Hidratação e alimentação por atleta.**

a) Hidratação (água/gelo/recipientes) no decorrer do percurso, incluindo isotônico/ alimentação (frutas e água) pós corrida, para auxiliar na reposição da energia dos atletas;

5.0.3. **ITEM 3: Kit Atleta, composto por:**

a) 01 Camiseta dry fit (em tamanhos variados PP ao XGG e nº de peito em material resistente à água e suor, impermeável com 2 picotes laterais usados como tickets (medalha, alimentação) com alfinetes para fixação na camisa do atleta);

b) 01 Medalha “finisher” (entregue à todos os concluintes), com as especificações mínimas a seguir:

- Com fabricação em zamac ou outro material semelhante, tamanho 80mm, espessura de 3mm e fita sublimada 80cmx2,5cm.

c) 01 Chip de cronometragem eletrônica com instruções claras;

d) Os itens gráficos acima, terão personalização conforme arte a ser fornecida pela contratante.

5.0.4. **ITEM 4: Troféu para pódio:**

a) Para premiação, 1º à 5º em ordem de classificação, masculino e feminino, conforme a seguinte matriz:

I - **Matriz de pódio por categoria e percurso:**

- **Infantil (12 à 14 anos) – 2 km:** Masculino e Feminino, **1º ao 5º → Até 10 troféus por evento Infantil.**
- **Juvenil (15 à 17 anos) – 5 km:** Masculino e Feminino, **1º ao 5º → Até 10 troféus por evento Juvenil.**
- **Adulto (Acima de 18 anos) – 5 km, 10 km e 21 km :** em cada distância, Masculino e Feminino, **1º ao 5º → Até 30 troféus por evento Adulto.**

II - **Especificações técnicas dos troféus**

- **Construção:** base em **MDF** e corpo em **metal**.
- **Dimensões:** **24 × 15 cm** (tolerância de fabricação $\pm 5\%$).
- **Personalização (obrigatória):** **arte oficial da SEE**; gravação/etiqueta com **nome do evento, categoria, percurso, colocação e ano**; cores e fontes conforme fornecimento da contratante.
- **Acabamento:** superfícies sem arestas cortantes; fixação firme da base ao corpo; padronização visual entre categorias.
- **Embalagem/entrega:** embalagem individual protegida; com reposição imediata em caso de defeito.
- Os itens gráficos acima, terão personalização conforme arte a ser fornecida pela contratante.

5.1. No preço proposto para execução dos serviços deverão estar inclusos todos os custos, fixos ou variáveis, necessários a perfeita execução do Contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transportes, seguros, embalagens, deslocamento de pessoal, alimentação, etc.)

5.2. A execução dos itens de serviço de organização será conforme demanda e orçamento disponível, em atenção aos limites dos quantitativos registrados.

5.3. Quantidades e datas serão fixadas por Ordem de Serviço, conforme demanda e disponibilidade orçamentária, sendo as condições acima aplicadas à todos os lotes do presente instrumento.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O contrato decorrente desta licitação terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, **desde que a contratação tenha sido formalizada durante a vigência da Ata de Registro de Preços**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA pelos serviços efetivamente prestados em até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal **e o atesto da fiscalização**, com todos os documentos devidos em situação regular;

7.2. Fornecer as instruções e localizações que se fizerem necessárias para a execução completa dos serviços;

7.3. Informar à CONTRATADA sobre quaisquer alterações de horários e rotinas de serviço;

7.4. Notificar, por escrito, à CONTRATADA, defeitos e irregularidades encontradas na execução dos serviços, fixando prazos para sua correção;

7.5. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

7.6. Caso ocorra qualquer irregularidade durante a vigência contratual, a contratante aplicará as sanções cabíveis, conforme a Lei nº 14.133/2021 e este Termo de Referência;

7.7. Solicitar à CONTRATADA e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

7.8. Documentar as ocorrências havidas no decorrer da execução do contrato, em registro próprio.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Executar o objeto contratual em estrita conformidade com as especificações técnicas, prazos, condições e requisitos definidos neste Termo de Referência, nos seus anexos e na proposta apresentada, observando integralmente a legislação aplicável.

8.2. Planejar, organizar e executar integralmente as corridas de rua previstas, abrangendo todas as etapas: planejamento, obtenção de licenças, montagem, operação, desmontagem, limpeza, destinação de resíduos e entrega de relatórios pós-evento.

- 8.3. Elaborar e submeter à aprovação da SEE/AC, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data de cada evento, o Plano de Execução, contendo percurso, layout da arena, cronograma, planos de segurança, comunicação, atendimento pré-hospitalar, resíduos e demais elementos técnicos.
- 8.4. Obter, às suas expensas, todas as autorizações, licenças, seguros e registros necessários à realização dos eventos, incluindo as exigidas por órgãos de trânsito, segurança, saúde e desporto, apresentando os respectivos comprovantes à SEE/AC em até 5 (cinco) dias úteis antes do evento.
- 8.5. Assegurar a qualidade, segurança e funcionalidade de todas as estruturas e equipamentos durante a execução dos eventos, realizando manutenções preventivas e corretivas imediatas, sem qualquer ônus adicional para a Administração.
- 8.6. Manter equipe técnica e operacional qualificada, devidamente uniformizada e identificada, em número suficiente para o cumprimento integral das atividades, garantindo a presença de coordenador responsável e preposto com poderes para representá-la junto à SEE/AC durante toda a execução.
- 8.7. Garantir o pleno funcionamento dos serviços e sistemas de cronometragem, sonorização, hidratação, sinalização, segurança e atendimento médico, respondendo por eventuais falhas, atrasos ou interrupções.
- 8.8. Cumprir as normas de segurança, acessibilidade e meio ambiente, bem como a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e de proteção de dados pessoais, assumindo integral responsabilidade por seus empregados e subcontratados.
- 8.9. Implementar o Plano de Gestão de Resíduos durante e após cada evento, comprovando a destinação ambientalmente adequada por meio de documentos emitidos por empresa ou cooperativa licenciada.
- 8.10. Cumprir integralmente as obrigações da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), atuando como operadora de dados sob as diretrizes da SEE/AC, garantindo a segurança das informações coletadas nas inscrições e resultados das corridas.
- 8.11. Responder civil, administrativa e penalmente por quaisquer danos, prejuízos ou acidentes causados à Administração Pública, a terceiros ou a participantes dos eventos, decorrentes de sua ação, omissão ou imperícia, direta ou de seus prepostos.
- 8.12. Apresentar relatório técnico e fotográfico em até 5 (cinco) dias após cada evento, contendo:
- a) registro das atividades executadas;
 - b) relação de inscritos e concluintes;
 - c) resultados oficiais e classificações;
 - d) comprovantes de seguro, autorizações, resíduos e ocorrências.
- 8.13. Arcar integralmente com todas as despesas diretas e indiretas necessárias à execução contratual, incluindo transporte, alimentação, hospedagem, taxas, licenças, seguros, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários.
- 8.14. Atender prontamente às determinações do gestor e dos fiscais do contrato, sanando eventuais falhas ou não conformidades apontadas, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência.
- 8.15. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pelos encargos judiciais ou extrajudiciais decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato, sempre que tiver dado causa aos fatos que lhes derem origem;
- 8.16. Indenizar por danos causados à SEE/AC ou a terceiros, decorrentes da prestação dos serviços em referência;
- 8.17. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.18. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CLÁUSULA NONA – DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. É vedada a antecipação de pagamento;
- 9.2. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplemento, mediante apresentação da nota fiscal referente à execução do objeto e dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista, por meio, de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado;
- 9.3. A nota fiscal deverá ser preenchida em nome da Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE, Rua Rio Grande do Sul, nº 1907, Bairro Volta Seca, Rio Branco – Acre, CNPJ nº 04.033.254/0001-67, devendo constar no corpo da Nota Fiscal o número do Pregão, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e do Empenho;
- 9.4. Ocorrendo devolução da nota fiscal/fatura por erro ou rasura, a contagem do prazo iniciar-se-á a partir da nova data de entrega no protocolo da CONTRATANTE.
- 9.5. O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal apresentada pela Contratada.

9.6. O "atesto" fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

9.7. Os valores a serem pagos pela Contratante corresponderão exclusivamente ao que for comprovadamente entregue pela Contratada;

9.8. A Contratada deverá apresentar/efetuar o cadastro na Secretaria de Fazenda do Estado do Acre – SEFAZ;

9.9. Para o pagamento do objeto contratado, será exigida a apresentação dos seguintes comprovantes, cujas taxas deverão ser pagas pela CONTRATADA:

I - Certidão Negativa de Débito da SEFAZ (empresa e sócios);

II - Certidão Negativa de Débito da PREFEITURA (do local do estabelecimento prestador);

III - Certidão Negativa de Débito da RECEITA FEDERAL;

IV - Certidão Negativa de Débito do FGTS;

V - Certidão Negativa de Débito Trabalhistas;

VI - Certidão Negativa Quanto a Dívida Ativa do Estado do Acre (Certidão Negativa de Débito da PGE);

9.10. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

9.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.12. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

10.2. Conforme art. 92, § 3º, estabelece-se a possibilidade de reajustamento de preço a cada interregno de 1 (um) ano, contados da data-base do orçamento estimado pela Administração, mediante a aplicação do índice (IPCA-IBGE), mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

10.3. SUBCLAUSULA PRIMEIRA - Em caso de atraso no prazo da execução do contrato por responsabilidade da CONTRATADA a mesma não terá direito ao reajustamento, mesmo que os acréscimos de prazos sejam superiores a 01 (um) ano.

10.4. SUBCLAUSULA SEGUNDA- O reajustamento deverá ser precedido de solicitação do contratada, dentro da vigência contratual, identificando o índice e o período de incidência do reajustamento.

10.5. A CONTRATADA deverá formalizar requerimento de reajuste no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento estimado pela Administração (para o primeiro reajuste) e 01 (um) ano da data-base da concessão do último reajuste (para os reajustes seguintes).

10.6. O transcurso do prazo de 60 (sessenta) dias sem pedido formal de reajuste pelo CONTRATADO não afastará o direito de pleiteá-lo a qualquer tempo, mas a concessão somente produzirá efeitos financeiros futuros, ou seja, em relação aos serviços ainda não medidos, mesmo que já executados.

10.7. Em caso de prorrogação contratual, a concessão de reajuste estará condicionada a comprovação de que a prorrogação não se deu por culpa exclusiva da contratada.

10.8. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido.

10.8.1. A análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao gestor do contrato.

10.8.2. Analisado o pedido e verificada a real alteração do custo suportado pelo contratado, o fiscal do contrato se manifestará pela procedência total ou parcial do pedido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

10.9. Quando o fiscal se manifestar pela procedência do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral para manifestação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Após manifestação, a Procuradoria-Geral enviará o pedido para gestor do contrato ou da ata de registro de preços que julgará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.10. Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão

reajustados, obedecendo-se os seguintes critérios:

- 10.10.1. Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma Físico-Financeiro.
- 10.10.2. Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.
- 10.10.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 10.10.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 10.10.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021 art. 115, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 11.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MATRIZ DE RISCO

- 12.1. A Matriz de risco é o instrumento que tem o objetivo de definir as responsabilidades do CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do contrato;
- 12.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – Anexo (Sei nº 0017239107);
- 12.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste quando a responsabilidade for do CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO.
- 12.4. Sempre que atendidas as condições do CONTRATO e mantida as disposições da MATRIZ DE RISCO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 12.5. A CONTRATADA somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na MATRIZ DE RISCO;
- 12.6. **A contratada declara:**
 - 12.6.1. Ter pleno conhecimento na natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no contrato;
 - 12.6.2. Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Constituem sanções administrativas e demais, de acordo com o art. 155 da Lei 14.133.
 - Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
 - I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III - dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa

durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2. A aplicação de sanção de multa observará os critérios e parâmetros definidos no Memorando-Circular nº 2/205/SEE-CONJUR, conforme disposto a seguir:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para aquele que não celebrar o contrato, a ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

III - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

IV - de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

V - de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou de documentação falsa exigida para o certame ou de declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

14.1. Não será exigida prestação de garantia contratual, considerando a natureza e a forma de execução dos serviços.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DA ACESSIBILIDADE

15.1. Em acordo com o art. 45, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, o presente Termo de Referência contempla os principais requisitos e exigências das leis e normas técnicas de acessibilidade: autonomia, conforto e segurança. Tais parâmetros de acessibilidade estão previstos no Decreto Federal nº 5.296/2004, Lei nº 10.098/2000, Lei nº 13.146/2015 (Lei de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e a resolução do CNJ nº 401/202, garantindo assim a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, regulamentando o funcionamento da unidade de acessibilidade e inclusão.

15.2. Segundo a NBR 9050/2020, todos os espaços, edificações, mobiliário e equipamentos urbanos, que forem projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, precisam atender o que ela estabelece para serem considerados acessíveis.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - IMPACTO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

16.1. Para contratação do objeto a empresa vencedora deverá observar as normas ambientais existentes no ordenamento pátrio, estando compreendidas as normas locais e federais, como: Código Florestal Brasileiro, Lei nº 6.938/1981 - Política Nacional do Meio Ambiente e Lei nº 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos e observar as exigências contidas no CONAMA nº 307/2002, não se limitando apenas às leis mencionadas.

16.2. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender as diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

16.3. A qualquer tempo o CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

16.4. Os materiais básicos empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto e o que está definido em plano de manejo.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

17.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos dos arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante termo aditivo, respeitados os limites legais e mantido o equilíbrio econômico-financeiro inicialmente pactuado.

17.2. § 1º As alterações contratuais poderão ocorrer por acordo entre as partes ou unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, ou quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, observados os limites legais.

17.3. § 2º Os acréscimos ou supressões quantitativos do objeto contratual ficam limitados a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os acréscimos.

17.4. § 3º As alterações que impliquem modificação do valor contratual darão ensejo à correspondente revisão dos preços, de forma a assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

17.5. § 4º É vedada a alteração contratual que descaracterize o objeto originalmente contratado ou que resulte em burla ao procedimento licitatório.

17.6. § 5º As alterações contratuais somente produzirão efeitos após formalização por escrito e devidamente autorizadas pela autoridade competente, observada a disponibilidade orçamentária, quando aplicável.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

18.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

18.2.1. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV observarão as seguintes disposições:

18.3. não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

18.4. assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 desta Lei](#).

18.5. Os emitentes das garantias previstas no [art. 96](#) da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

18.6. A extinção do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso

arbitral, ou por decisão judicial.

18.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

18.8. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

18.9. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- III - execução da garantia contratual para:
 - a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
 - b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
 - c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
 - d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
 - e) retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SUBCONTRATAÇÕES

19.1. A subcontratação é vedada, tendo em vista que o objeto não demanda especialização que justifique a execução por terceiros, devendo ser integralmente realizado pela contratada.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

21.1. A publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial do Estado, é condição indispensável para sua eficácia, bem como sua disponibilização em Portal Nacional de Compras será providenciada pela Contratante.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO FORO

22.1. As partes elegem o foro da Comarca de Rio Branco/AC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas que surgirem na execução do presente Instrumento.

22.2. E assim, por estarem as partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ANTICORRUPÇÃO

23.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

23.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual nº 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

23.3. **Canal de Denúncias:** A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (SECRETARIA), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

23.4. Ouvidoria da SEE/AC

- Site: <https://see.ac.gov.br/ouvidoria/>
- E-mail: ouvidoria@see.ac.gov.br
- Telefone: (68) 3215-6009
- Pessoalmente: na sede da SEE/AC na Rua Rio Grande do Sul, 1907 – Volta Seca, Rio Branco – Acre.
- E-SIC: <http://esic.ac.gov.br/>

- Horário: Segunda a quinta-feira, das 7h30 às 12h e das 14h às 17h30. Sexta-feira, das 7h às 14h.

Rio Branco/AC, 09 de janeiro de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Pela Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

CPF (MF) Nº _____

CPF (MF) Nº _____

Elaborado por:
Itamara da Silva Lopes
Técnica em Licitação

Revisado/Aprovado por:
Hézio Rik Batista de Figueiredo
Chefe da Divisão de Gestão de Compras e Contratos - DIGCC
Portaria nº 528/2023



Documento assinado eletronicamente por **HÉZIO RIK BATISTA DE FIGUEIREDO**, Cargo **Comissionado**, em 13/01/2026, às 10:35, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019011721** e o código CRC **00B03BB0**.

Referência: Processo nº 0014.014315.00040/2025-20

SEI nº 0019011721

ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

Referente: Edital Pregão Eletrônico SRP N.º ____/____.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados _____, nos termos do Edital e seus Anexos.

NOME COMPLETO DO LICITANTE: _____

CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

EMAIL: _____

TELEFONE: _____

CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM XX DO TERMO DE REFERÊNCIA

OU

INSERIR A TABELA DO TERMO DE REFERÊNCIA AQUI

Item	Especificação	Unid.	Qtd Registro	Qtd Consumo	Valor Unitário	Valor Total
01	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	Und.	xx	xx	XXXXXXXX	XXXX

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de xx (xxxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa

Notas:

1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.

ANEXO V DO EDITAL - MATRIZ DE RISCO

NÃO SE APLICA

Referência: Processo nº 0014.014315.00040/2025-20

SEI nº 0019283079